

Alguns pressupostos teóricos sobre a construção social das identidades

Valterlei Borges de Araújo¹

RESUMO: o presente artigo faz uma análise sobre a construção social das identidades a partir do diálogo com cinco autores: Marcel Mauss, Sylvia Caiuby Novaes, Antonio Firmino da Costa, José Madureira Pinto e Stuart Hall. Apesar da aparente distância crítica entre os autores, o artigo apresenta pontos de contato em todos os estudos analisados, mostrando que as identidades geralmente são criadas a partir de conflitos e disputas sociais, políticas e/ou econômicas.

Palavras-chave: Identidade; Diferença; Construção social da identidade.

ABSTRACT: this article analyzes the social construction of identities through dialogue with five authors: Marcel Mauss, Sylvia Caiuby Novaes, Antonio Firmino da Costa, José Madureira Pinto and Stuart Hall. Despite the apparent critical distance between the authors, the article presents points of contact in all the studies analyzed, showing that identities are usually created from social, political and/or economic conflicts and disputes.

Keywords: Identity; Difference; Social construction of identity

1. A noção de “eu”

No clássico artigo “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”, Marcel Mauss (2003) faz uma análise da evolução dos conceitos de pessoa, personagem e indivíduo desde algumas sociedades “primitivas”. O autor apresenta as respectivas evoluções em sociedades de diferentes continentes e mostra como esses conceitos estavam arraigados diretamente à ideia de coletividade.

Mauss (2003, p. 371) afirma que “[...] nunca houve ser humano que não tenha tido o senso, não apenas de seu corpo, mas também de sua individualidade espiritual e corporal ao

¹ Doutor em Estudos de Literatura (Literatura Comparada) pela UFF. Autor de *Novos modelos de produção musical e consumo* (EdUFF, 2014).

mesmo tempo”, de forma que é possível entender como os conceitos apontados passam, com o tempo e o desenvolvimento das sociedades, a se emancipar do coletivo para se estabelecer no campo da individualidade e do “eu”, isto é, para se tornar a base do que hoje entendemos por indivíduo e, por consequência, do que entendemos por identidade.

A construção identitária que fazemos de nós mesmos ou do grupo a que pertencemos está diretamente ligada à imagem que fazemos do outro ou de outros grupos. Identificar-se é reconhecer a diferença e as particularidades do outro. Sem o outro não é possível construir nossa identidade: essas *construções* são feitas, obrigatoriamente, a partir de e em relação ao outro.

2. O conflito identitário

É necessário algum tipo de conflito para que as separações e, conseqüentemente, as definições sejam alcançadas e melhor determinadas em cada grupo. Geralmente, uma identidade é desejada ou questionada quando aparece o conflito, que pode ser de interesse social, econômico, de classe etc. Isto nos permite afirmar que o conflito pode estar diretamente ligado à construção e à definição de identidades. Sylvia Caiuby Novaes (1993) argumenta que essas construções são como jogos de espelhos: você se constrói a partir do reflexo do outro, e vice-versa.

A representação de si está, obviamente, ligada à representação que se faz do outro e [...] dos vários outros que surgem em cena num determinado contexto. Há, na verdade, uma relação de interdependência entre a imagem que se faz de si e a imagem que se faz destes vários outros (NOVAES, 1993, p. 21).

Para Sylvia Caiuby Novaes, a realidade é percebida historicamente pelos agentes envolvidos, de forma que a interpretação dessa realidade pode ser diferente para os diversos grupos que dela participam. Novaes entende que a representação de si permite entender melhor a atuação de um grupo ou mesmo de uma sociedade. Porém, a representação de si pode variar em função dos elementos considerados para a construção de identidade. Da mesma forma, a própria dimensão da representação e sua relação afetiva também podem

variar em função desses elementos. Nesse sentido, a autora defende uma distinção entre identidade, autoimagem e noção de pessoa. Ao distinguir esses três pontos de vista, percebemos, mais facilmente, os tipos de construção estabelecidos.

Dos seres vivos, os humanos são os que mais têm possibilidade de diferenciação e individualização, o que acaba por colocar a definição de identidade numa posição delicada, uma vez que “não há um único homem que seja perfeitamente igual (idêntico) ao outro”. Donde, constata-se que para as ciências humanas é impossível aplicar um conceito matemático de identidade enquanto relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas, visto que as identidades são relativas e são os reflexos de uma construção social (NOVAES, 1993, p. 24).

Segundo a autora, a identidade só pode ser evocada no plano do discurso para a criação de um nós coletivo, em geral, minorias. Trata-se de um recurso indispensável ao sistema de representações, mas, na verdade, essa identidade, em termos de igualdade, nunca se verifica, pois acolhe uma grande quantidade de indivíduos.

A criação identitária é importante na medida em que as semelhanças de um grupo qualquer, em situação de confronto e minoria, poderão reivindicar para si um espaço social e político de atuação e representação. A identidade torna-se assim um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que a reivindicam. Sem essa definição, corre-se o risco de desaparecimento do grupo. Novaes argumenta:

Uma vez que a identidade não é algo dado, que se possa verificar, mas uma condição forjada a partir de determinados elementos históricos e culturais, sua eficácia enquanto fator que instrumentaliza a ação é momentânea e será tanto maior quanto mais estiver associada a uma dimensão emocional da vida social (NOVAES, 1993, p. 24.25).

O contexto em que a identidade é construída e evocada é fator fundamental para se compreender a real necessidade de formação do grupo. Muitas vezes cria-se uma identidade ampla, com objetivo de dar maior visibilidade ao grupo que, geralmente, foi submetido a um processo de apagamento histórico. Essa criação está relacionada à ideologia, isto é, ao sistema de valores predominante que pode ser compartilhado pelo grupo.

Quando se constitui um corpo de sujeitos políticos, necessariamente as diferenças existentes dentro do próprio grupo tendem a se apagar. Fala-se em “nós índios”, “nós mulheres”, “nós negros”, “nós homossexuais”. No caso dos indígenas, por exemplo, não é a partir de uma sociedade específica – terena, bororo, guarani – que se dirigem ao governo ou à sociedade nacional a de fim reivindicarem seus direitos. Da mesma forma, o movimento feminista se dirige a partir da categoria ampla “nós mulheres”, não se propondo, nesse contexto, a enunciar as diferenças dentro do próprio grupo: mulheres heterossexuais, mulheres homossexuais, mulheres que constroem uma carreira profissional etc.. Nesses casos, a ideia de identidade está operando em uma estrutura macrossocial junto à sociedade.

Conforme aponta Novaes:

A identidade é evocada sempre que um grupo reivindica, para si, o espaço político da diferença. [...] É nesse contexto amplo, de reconhecimento de semelhanças e diferenças, que se pode perceber a articulação entre *poder* e *cultura*, entre a vontade de resgate de autonomia e os caminhos para se chegar até ela, que passam, necessariamente, pelas trilhas da cultura, pois é exatamente do domínio da cultura que estes grupos [...] resgatam sua autonomia e reafirmam a sua diferença (NOVAES, 1993, p. 27).

Nesses casos, geralmente o conceito de identidade é evocado frente a um interlocutor amplo e genérico: a sociedade, o governo. Dito de outra forma: as diferenças existentes dentro dos respectivos grupos são esquecidas para se fortalecer a macrorrepresentatividade do grupo frente às esferas macrossociais. Mesmo se tratando de esferas macro ou de formas mais abstratas de representatividade (sociedade, governo), novamente aqui a figura do outro se torna essencial, porque são as relações concretas e específicas estabelecidas entre os grupos que geram a diversidade e a necessidade de afirmação enquanto grupo. Esse tipo de articulação é contra-ideológico, isto é, ele pretende divergir do sistema social predominante.

A autodefinição está ligada diretamente à forma como se quer enfrentar o outro: trata-se de um embate de sistemas de valores divergentes ou mesmo conflitantes. A representação de si serve tanto para uma atuação diante do outro como para uma avaliação dessa situação. O outro é sempre peça fundamental para a formação da consciência de si.

3. Três manifestações contemporâneas de identidade

Analogamente, Antonio Firmino da Costa afirma que, nas ciências sociais, as pesquisas empíricas e teóricas mostram que as identidades culturais são sempre construídas socialmente e, conseqüentemente, são múltiplas e mutáveis. Elas são relacionais, isto é, relativas a outras identidades, e simbólicas porque carregam alguns atributos sociais. A identidade cultural é sempre reflexividade e reconhecimento.

À luz da observação e análise cuidadosamente conduzidas, as identidades culturais revelam, além disso, uma permanente ambivalência de conotações valorativas, de sentido positivo ou negativo, um frequente entrelaçamento de dinâmicas de ostentação e ocultação, um caráter sempre situacional, contextualizado, interativo e estratégico no seu acionamento (COSTA, 2002, p. 27).

A dinâmica social e estratégica do grupo é que vai definir seu posicionamento diante da esfera social, como um jogo travado dentro da esfera pública: primeiro, cria-se a identidade pública do grupo a partir da contextualização e dos interesses do momento; depois, cria-se a tática a partir dos objetivos que se pretende alcançar. E a dinâmica social é a esfera que baliza a forma de atuação e conduta.

Costa defende que existem três modos principais de manifestações contemporâneas de identidades culturais. São eles: identidades experimentadas, identidades designadas e identidades tematizadas. Um breve entendimento sobre essas manifestações nos dará uma melhor compreensão.

Começaremos pelas identidades experimentadas (ou vividas), que

[...] têm a ver com representações cognitivas e os sentimentos de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categoriais, institucionais, grupais, territoriais, ou outros) que um conjunto de pessoas partilha, emergentes de suas experiências de vida e situações de existência social (COSTA, 2002, p. 27).

Geralmente é esse tipo de identidade que as minorias adotam ao tentar definir-se enquanto grupo representativo na sociedade: a definição surge dentro do próprio grupo, a

partir das experiências vividas e da dinâmica social. Alguns exemplos de âmbito nacional: as associações de moradores de zonas periféricas, o movimento LGBT e o MST. Guardadas as respectivas particularidades, todos nascem de dentro para fora.

As identidades designadas (ou atribuídas) “reportam-se a construções discursivas ou icônicas de entidades coletivas, com as quais aqueles que as produzem não têm relação subjetiva de pertença” (COSTA, 2002, p. 27). Em outras palavras: terceiros produzem e atribuem uma identidade a determinado grupo mesmo sem ter conhecimento de causa ou de pertencimento. Portanto, uma forma arbitrária de definição de grupo social. Novamente, esse tipo de conduta acontece, especialmente, em momentos de conflitos sociais ou disputas simbólicas. Alguns exemplos de âmbito local no Rio de Janeiro: os favelados (termo pejorativo para designar os moradores das áreas urbanas periféricas ou marginalizadas), os paraíbas (termo usado no Rio de Janeiro para designar indistintivamente todos os nordestinos). Ou ainda, *playboys* e patricinhas. Em todos os casos, são identidades atribuídas de fora para dentro.

Por último, temos a categoria de identidade tematizada (ou políticas de identidade) entendida como uma “estratégia deliberada e reflexiva de colocação pública de uma situação social qualquer sob a égide explícita da problemática identitária” (COSTA, 2002, p. 27). Nesses casos, o poder público visa constituir ou potencializar as dinâmicas de ação social de determinado grupo ou região. O sucesso ou não dessa forma de identidade vai depender do contexto social e da forma de condução que o Estado leva ao grupo ou à região. Embora aqui também haja uma forma arbitrária de criação de identidade, os objetivos são outros: geralmente, a intenção é a atribuição de valor simbólico a determinado grupo com objetivos de distinção ou preservação – sendo algumas vezes um tipo de identidade reconhecido pelo próprio grupo ou ainda um tipo de identidade que pode partir do próprio grupo. Alguns exemplos de âmbito estadual no Rio de Janeiro: o Jongo da Serrinha, comunidade localizada em Madureira, bairro na capital do estado, que preserva a tradicional dança representativa das comunidades negras africanas; e a Festa do Divino, celebração associada ao catolicismo e à tradição portuguesa, realizada anualmente em Paraty, cidade localizada na região da Costa Verde. Nos dois casos o Estado lança uma ação de potencialização e preservação das

manifestações enquanto produtos culturais representativos do estado do Rio de Janeiro. As propostas parecem estar de acordo com os interesses dos grupos.

As categorias defendidas por Costa encontram espaço propício de propagação justamente no mundo globalizado, no qual a questão da identidade e do território são tratados como assuntos de política pública e como arena dos interesses sociais e políticos. Especificamente a questão da identidade cultural urbana, objeto de análise de Costa, é hoje um importante espaço político de disputas subjetivas e simbólicas nos centros urbanos. Ocupar esse espaço é atuar culturalmente e politicamente na sociedade: é se colocar publicamente afirmando suas origens, crenças e valores, portanto, demarcando fronteiras de atuação no espaço e no debate público.

4. Integração e diferenciação

No artigo “Considerações sobre a produção social de identidade”, o sociólogo português José Madureira Pinto faz uma análise da produção de identidades sociais e afirma que existem dois processos que devem ser considerados: o processo de identificação, em que os atores se integram em conjuntos mais amplos e acabam se fundindo com eles de modo tendencial; e o processo de identização, no qual os agentes tendem a ganhar autonomia e diferenciação social em relação a outros, criando, dessa forma, fronteiras e distâncias mais ou menos rígidas (PINTO, 1991, p. 218).

Para Pinto, as identidades sociais são construídas por integração e diferenciação, por inclusão e exclusão, por intermédio de práticas de distinção classicistas e estatutárias, e esse processo, feito de complementaridade e exclusão, “[...] não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes”. A identidade é sempre alimentada pelas alteridades (reais ou de referência) e, por isso mesmo, “[...] nunca exclui em absoluto convívios e infidelidades recíprocas – para desespero do que nelas querem ver o desenvolvimento harmonioso e coerente de umas tantas substâncias essenciais” (PINTO, 1991, p. 219).

Pinto argumenta que os movimentos de afirmação identitária com base local e regional são maiores agora² que outrora. Por razões ligadas ao campo mediático, esses grupos acabam recebendo uma espécie de mais-valia simbólica, o que pode aumentar sua visibilidade pública. A mobilidade espacial e a internacionalização da indústria cultural fazem com que a afirmação das identidades locais seja cada vez mais a projeção precariamente legitimada de identidades alheias. Isso acaba por esbarrar sensivelmente nas fronteiras do local, do regional e do internacional – o que contribui para evocar no Brasil, a partir dos anos 1990, um forte cenário de representatividade local/regional nas esferas culturais. Acrescenta ainda que

mesmo à escala sub-nacional, são múltiplas as fontes de identidade social concebíveis, pelo que afirmações genéricas a respeito da sua pujança podem elidir o complexo mundo das identidades retraídas e envergonhadas, nem por isso destituídas de eficácia social (PINTO, 1991, p. 220).

Os pequenos grupos passam a ter mais representatividade e importância social na esfera organizacional da sociedade. No Brasil, essa reorganização pode ser percebida inclusive por meio das políticas públicas adotadas pelo Estado, que direcionam parte dos recursos para essa demanda, e também pela própria organização que o Estado vem adotando, sempre com vistas a atender as minorias a partir de subdivisões específicas dentro de algumas secretarias e ministérios, a exemplo do próprio Ministério da Cultura (Secretaria de Cidadania Diversidade Cultural), da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (Superintendência de Cultura e Sociedade³) e da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual). Subdivisões como as do estado do Rio de Janeiro também podem ser observadas em outros estados e municípios brasileiros.

² O artigo de Pinto foi publicado no início da década de 90, mais precisamente em 1991.

³ A Superintendência de Cultura e Sociedade da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro atua em zonas periféricas. Na cidade do Rio de Janeiro, suas ações são voltadas, majoritariamente, para as favelas localizadas em perímetros urbanos.

5. Fragmentação e descentração do sujeito

Uma das possíveis interpretações para esta mudança política pode ser encontrada em Stuart Hall, quando afirma que

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. [...] Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um 'sentido de si' estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito (HALL, 2002, p. 9).

Vejam os que Hall acaba por confirmar, já no final do século XX, o que Mauss assinalava anteriormente sobre o desenvolvimento das sociedades primitivas e a consequente progressão da individualidade do sujeito em oposição ao todo (coletividade). Enquanto Mauss adotava a ideia de “noção de pessoa, a de ‘eu’”, Hall fala em fragmentação e descentração do sujeito – termos que nos parecem mais adequados às problemáticas contemporâneas por conseguir incorporar as minorias, se necessário. Também como em Mauss, percebe-se que Hall enfatiza mais a análise do sujeito enquanto indivíduo, em oposição à ideia de coletividade – assegurando um ponto de investigação diferente dos demais autores citados⁴, que se referiam principalmente às identidades de grupo.

Hall defende que há três concepções de identidade, a saber: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo era aquele que tinha sua concepção de pessoa humana como indivíduo centrado, unificado. Ele não sofria grandes transformações ao longo do tempo. Sua identidade era estável e, ao longo da vida, permanecia essencialmente a mesma, não havia grandes mudanças e interações sociais.

O sujeito sociológico já trazia as complexidades presentes no mundo moderno. O seu “eu” já não era autossuficiente, mas formado a partir da relação com outras pessoas importantes em relação a ele. Os valores recebidos e propagados eram mediados especialmente pela cultura. O diálogo mais frequente com o campo cultural formou um

⁴ Sylvia Caiuby Novaes (1993), Antonio Firmino da Costa (2002) e José Madureira Pinto (1991).

sujeito mais flexível, menos rígido que o sujeito do Iluminismo e reciprocamente mais unificado com o mundo cultural a que pertenciam.

O sujeito pós-moderno, por sua vez, é fruto dos colapsos estruturais e institucionais por que passa a sociedade contemporânea. Nesse caso, a identidade torna-se móvel: ela é, continuamente, transformada pelos sistemas culturais que a cercam. Ela pode ser definida pelo sistema social:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2002, p. 13).

O sujeito pós-moderno definido por Stuart Hall está diretamente associado ao mundo globalizado contemporâneo e aos avanços dos meios de comunicação que parecem trabalhar no sentido de encurtar cada vez mais a noção de tempo e de espaço. Trata-se de um mundo que, ao mesmo tempo em que está globalmente interconectado, produz um efeito constante de descontinuidade e fragmentação de auto-representação do sujeito. Muitas vezes, o sujeito contemporâneo passa a ser caracterizado pela diferença em relação ao contexto dominante. É desse contexto que as minorias emergem como grupos sociais atuantes.

Considerações finais

Em Mauss, Novaes, Costa, Pinto e Hall, embora com perspectivas singulares e em tempos e lugares distintos, é possível notar traços comuns. Destacamos aqui dois pontos importantes: a) a construção da identidade que fazemos de nós ou de nosso grupo está diretamente ligada à imagem que fazemos do outro ou de outro grupo; b) geralmente a necessidade de construção ou afirmação de uma identidade está ligada a um conflito (individual, de grupo, social, de pertencimento etc.) com objetivo de reivindicação de um espaço social, político ou cultural da diferença. Isso posto, é importante apontar o seguinte: quando criamos nossa identidade, obrigatoriamente atribuímos uma identidade ao outro, mesmo que involuntariamente.

Podemos concluir, a partir dos autores apresentados, que a identidade (de grupo e individual) é uma construção social flexível, especialmente porque suas localizações social e tempo-espacial são fatores primordiais para compreensão de sua concepção. Em outras palavras: as identidades são flutuantes e maleáveis e sua definição está diretamente associada a interesses políticos, sociais e/ou econômicos. Sua existência está condicionada a fatores internos e externos. E sua continuidade, em maior ou menor grau, está associada ao envolvimento perene em conflitos e disputas sociais e políticas; obviamente, podendo passar por estágios de ordem e agitação. Trata-se, portanto, de compreender as relações macro e microsociais existentes para, a partir disso, traçar a construção do sujeito e/ou grupo social através das escolhas e interesses.

Referências

ARAÚJO, Valterlei Borges de. *Em uma esquina do sul: fragmentações e construções identitárias na música platina a partir da análise da obra de Vitor Ramil*. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

COSTA, Antonio Firmino da. *Identidade culturais urbanas em época de globalização*. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 17, nº 48, p. 15-30. São Paulo. Fev. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MAUSS, Marcel. *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”*. In: _____. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 367-397.

NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogos de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: Edusp, 1993.

PINTO, José Madureira. *Considerações sobre a produção social de identidade*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 32, p. 217-231. Coimbra: junho de 1991. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=416&id_lingua=1. Acesso em: 27 mar. 2017.